



Evento	Salão UFRGS 2024: SIC - XXXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2024
Local	Virtual
Título	Empregadas domésticas: a luta por direitos e o enfrentamento do racismo
Autor	SOPHIA DA SILVA LOPES
Orientador	VALDETE SOUTO SEVERO

Empregadas domésticas: A luta por direitos e o enfrentamento do racismo

Este artigo tem como objetivo estabelecer aspectos da relação entre trabalho e direitos das empregadas domésticas, com destaque para a segurança e redução de riscos inerentes ao trabalho doméstico, bem como desvelar diversas formas de racismo que as mulheres negras sofrem historicamente. Neste trabalho, pretende-se evidenciar que as mulheres negras tiveram seus direitos reconhecidos a pouco tempo, como na Emenda Constitucional n.º 72, de 2013 que alterou o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar n.º 150 de 2015, com uma regulamentação dos direitos das(os) empregadas(os) domésticas(os). Um dos pressupostos deste artigo, tendo como referência a autora Juliana Teixeira (2021), por revelar que no Brasil as referidas leis acabaram demorando, apontam inclusive que ainda precisam de ajustes, bem como acréscimos de direitos, já que seu atraso é consequência do racismo estrutural no Brasil, desde a época da casa grande e senzala, visto que as mulheres negras ficaram sem direitos, eram consideradas cidadãs de segunda classe. A metodologia utilizada assume características da pesquisa bibliográfica numa perspectiva de natureza qualitativa, a partir das Bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), do LUME que trata do Repertório Digital da UFRGS, e ainda da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - (ABPN), trazendo autores que debatem sobre este tema, através de artigos científicos, teses, dissertações e livros publicados. Os resultados parciais apontam que na área do Direito as domésticas se encontram em desvantagem em relação aos direitos fundamentais do trabalhador, outra conclusão, demonstra que as mulheres negras representam a maioria desse segmento. Contudo, estudos adicionais são necessários para apontar as melhorias das empregadas domésticas para que consigam avançar e terem mais benefícios e garantias, além disso, diminuindo as desigualdades em relação aos seus direitos.